



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 03

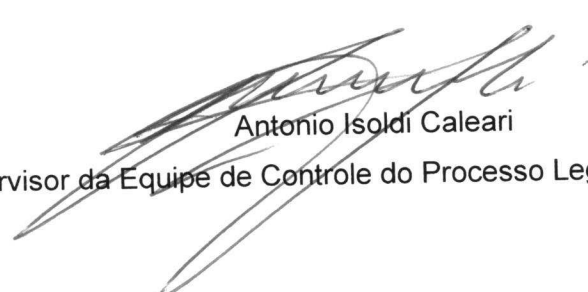
do processo nº 01 – PL 181 de 2018, 03.05.18 (a) _____

Keriseo Antônio de Andrade
Assessoria Parlamentar
SGP-22

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE: <u>03 MAI 2018</u>
<u>Const., Just. e Leg. Particip.</u>
<u>Trênq., Transp., Al. Econ., Tur. e L. e Garagem</u>
<u>Finanças e Orçamento</u>
 PRESIDENTE

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.
Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

04 MAI 2018


Antonio Isoldi Caleari
Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E ASSESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS

EM 10/05/18 ÀS 14 hs
POR Beatriz

SAÍDA: 30/05/2018 ÀS 14 h 00 ASS.: Bio

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Dep. ...ando(s) o(s) ...

04 05 . S.P. 30 05 18

[Assinatura]

Lima Salomão Nogueira
Técnico Administrativo
RF: 11.274



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Folha 05
Proc. Nº 181/18
Livia Salomão Nogueira
RF 11.2.1

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 181/18

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências; regulamentada pelo Decreto Federal nº 89.056, de 24 de novembro de 1983;
- Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- Portaria nº 3.233/12, do Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada;
- Lei Municipal nº 15.091, de 4 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o registro de entidades de guardas comunitárias e profissionais autônomos de segurança comunitária, e dá outras providências;
- Instrução Técnica nº 17/2011, que dispõe sobre a Brigada de Incêndio e estabelece as condições mínimas para a composição, formação, implantação, treinamento e reciclagem da brigada de incêndio para a atuação em edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo;
- PL 794/07, que estabelece normas para contratação de serviços de vigilância e segurança privada por tomadores estabelecidos no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- PL 81/13, que dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação dos dados identificadores das empresas que prestam serviços de segurança e vigilantes, em estabelecimentos em que se realizem eventos, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- PL 19/14, que dispõe sobre a atividade desenvolvida pelos vigilantes noturnos e diurnos autônomos no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 495/14, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de crachá de identificação dos seguranças das casas noturnas, bares, restaurantes, locais de eventos e



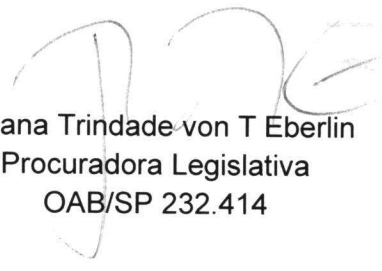
**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

fls. 6
18/05/18
Livia Salomão Nogueira
RF 11.274

estabelecimentos congêneres, no âmbito do Município de São Paulo, nas condições que especifica e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls. 03.

São Paulo, 29 de maio de 2018..


Juliana Trindade von T Eberlin
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414